

dezembro de 2025

NEWSLETTER



NOTA INTRODUTÓRIA

Temos o prazer de o convidar a ler a nossa newsletter relativa ao mês de dezembro.

Nesta edição, recordamo-lo das datas que marcarão o mês de janeiro e os respetivos enquadramentos jurídicos, notícias acerca da atualidade, relevantes decisões jurisprudenciais e, ainda, um breve texto sobre o direito de arrependimento.

DATAS ASSINALADAS

1 de janeiro

Dia do Domínio Público

O Dia do Domínio Público, celebrado a 1 de janeiro, relembra que, neste primeiro dia do ano, os direitos de autor de criadores intelectuais falecidos há 70 anos caducam, passando as respetivas obras a integrar o domínio público. Nos termos do artigo 31.º, n.º1, do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (CDADC), “o direito de autor caduca, na falta de disposição especial, 70 anos após a morte do criador intelectual, mesmo que a obra só tenha sido publicada ou divulgada postumamente.” Assim, “a obra cai no domínio público quando tiverem decorrido os prazos de proteção estabelecidos neste diploma” (*cf.* o artigo 38.º, n.º 1).

(Diploma disponível [AQUI](#))

24 de janeiro

Dia Internacional do Advogado em Perigo

O Dia Internacional do Advogado em Perigo convida à reflexão sobre as graves injustiças cometidas, em todo o mundo, contra advogados no exercício da sua profissão. “Neste dia relembram-se os Advogados que, no mundo inteiro, são perseguidos, silenciados, ameaçados, pressionados e torturados. Em alguns casos, assassinatos e desaparecimentos são, infelizmente, comuns”.

(Comunicado da Ordem dos Advogados a propósito do 15.º Dia Internacional dos Advogados em Perigo, disponível [AQUI](#))

28 de janeiro

Dia Europeu da Proteção de Dados

O Dia 28 de janeiro, assinalado como Dia Europeu da Proteção de Dados, tem como finalidade promover a consciencialização sobre a importância da privacidade e incentivar boas práticas de proteção de dados. A propósito desta data comemorativa, recordamos que, para efeitos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia (UE) (Regulamento (UE) n.º 679/2016, de 27 de abril), os dados pessoais consistem em qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (“titular dos dados”), sendo considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular (*cf.* o artigo 4.º, n.º 1, do referido diploma legal).

(Diploma disponível [AQUI](#))

JURISPRUDÊNCIA

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 16/2025, de 17 de dezembro

Sumário

“Ao prazo de 20 dias para apresentação do recurso de impugnação judicial da decisão da autoridade administrativa que aplica uma coima, previsto no artigo 59.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, não é aplicável o disposto no artigo 279.º, al. e), do Código Civil, pelo que, quando ocorra em férias judiciais, o termo desse prazo não se transfere para o primeiro dia útil subsequente.”

(Decisão disponível [AQUI](#))

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 17/2025, de 18 de dezembro

Sumário

“O procedimento criminal pelo crime de ameaça agravada p. e p. pelas disposições conjugadas dos artigos 153.º, n.º 1, e 155.º, n.º 1, al. a), do Código Penal não depende de queixa.”

(Decisão disponível [AQUI](#))

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 18/2025, de 23 de dezembro

Sumário

“Um condómino pode adquirir, por usucapião, um espaço de arrumos de um prédio, já constituído em propriedade horizontal, desde que a posse preencha os requisitos exigíveis para a usucapião e os arrumos tenham as características, físicas e estruturais, previstas nos artigos 1414.º e 1415.º do Código Civil.”

(Decisão disponível [AQUI](#))

LEGISLAÇÃO

Portaria n.º 442-A/2025/1, de 12 de dezembro

Determina o lançamento de um instrumento financeiro destinado a apoiar medidas de eficiência energética no setor residencial, contribuindo para a redução da pobreza energética em Portugal, ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência.

(Consultar [AQUI](#))

Portaria n.º 446/2025/1, de 16 de dezembro

Procede à segunda alteração à Portaria n.º 138-C/2021, de 30 de junho, que define o modelo e os elementos complementares a que devem obedecer as candidaturas para financiar o Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário.

(Consultar [AQUI](#))

Portaria n.º 471/2025/1, de 26 de dezembro

Procede à fixação do valor médio de construção a vigorar no ano de 2026.

(Consultar [AQUI](#))

Decreto-Lei n.º 139/2025, de 29 de dezembro

Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2026.

(Consultar [AQUI](#))

Portaria n.º 476/2025/1, de 29 de dezembro

Determina a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2027.

(Consultar [AQUI](#))

Portaria n.º 480-A/2025/1, de 30 de dezembro

Procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS).

(Consultar [AQUI](#))

NOTÍCIAS

REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DE *LOBBY*

“O novo regime que visa regular a atividade de lobby, ou seja, a representação legítima de interesses, foi aprovado na passada sexta-feira, 12 de Dezembro, por ampla maioria em votação final, no Parlamento, apenas com a oposição do PCP. Os advogados e solicitadores, ao exercer a representação legítima de interesses em nome de terceiros, têm de se registar exceto quando no exercício do mandato forense.”

(Notícia disponível [AQUI](#))

ORDEM DOS ADVOGADOS | NOVO SERVIÇO DE *E-MAIL*

“A partir de janeiro de 2026, a Ordem dos Advogados vai operacionalizar um novo serviço de e-mail, substituindo o atual, que existe desde 2001, baseado sobretudo em POP3 [...] A iniciativa de melhorar o serviço de e-mail insere-se na aposta que a Ordem sempre tem feito no passado na modernização dos seus serviços, acompanhando a evolução tecnológica e as necessidades concretas da Advocacia. É nesse contexto que estará disponível este novo serviço de e-mail institucional, desenvolvido para oferecer uma experiência mais segura, estável e adaptada às exigências do exercício profissional. Com o novo sistema, mantém-se o endereço de e-mail já atribuído, mas com um serviço mais seguro, moderno, robusto, fiável e multi-dispositivo.”

(Notícia disponível [AQUI](#))

PARLAMENTO EUROPEU | GESTÃO ALGORÍTMICA NO LOCAL DE TRABALHO EUROPEU

“O Parlamento Europeu insta a Comissão a propor novas regras sobre a utilização da gestão algorítmica no local de trabalho europeu. Num relatório de iniciativa legislativa, aprovado por 451 votos a favor, 45 contra e 153 abstenções, os eurodeputados fazem recomendações para nova proposta de lei europeia que garanta a utilização transparente, justa e segura dos sistemas de automatizados de monitorização e tomada de decisões no local de trabalho. Embora salientem que a utilização de sistemas de gestão algorítmica pode proporcionar oportunidades para otimizar o trabalho, os eurodeputados querem garantir a supervisão e controlo humanos, a proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores e a proteção dos seus dados pessoais no local de trabalho.”

(Notícia disponível [AQUI](#))

O DIREITO DE ARREPENDIMENTO

Na época natalícia, é habitual que se proceda à troca ou à devolução de prendas recebidas, seja por motivos de tamanho, de modelo ou de simples preferência pessoal. Atualmente, muitas compras são realizadas à distância, através de plataformas *online*, sem que exista contacto presencial entre o vendedor e o comprador, utilizando-se apenas técnicas de comunicação eletrónica. Neste contexto, importa compreender de que forma a legislação portuguesa regula este tipo de situações.

O Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de fevereiro, regula o regime dos contratos celebrados à distância e fora do estabelecimento comercial, promovendo a transparência das práticas comerciais e salvaguardando os interesses legítimos dos consumidores (*cf.* o artigo 2.º, n.º 1, do mencionado Decreto-Lei). Este diploma prevê o direito de arrependimento, ou seja, permite resolver o contrato no prazo de 14 dias, sem necessidade de invocar qualquer motivo (*cf.* o artigo 10.º, do mencionado diploma legal). Em princípio, o exercício deste direito é gratuito, não fazendo o consumidor incorrer em quaisquer custos, para além dos estabelecidos no n.º 3 do artigo 12.º e no artigo 13.º, do referido diploma, quando for caso disso. A título de exemplo, o artigo 12.º, n.º 3, estipula que “o fornecedor do bem não é obrigado a reembolsar os custos adicionais de entrega quando o consumidor solicitar, expressamente, uma modalidade de entrega diferente e mais onerosa do que a modalidade comumente aceite e menos onerosa proposta pelo fornecedor do bem.”

A previsão do direito de arrependimento tem na sua génese a proteção do consumidor, que muitas vezes efetua compras pela *internet* por impulso, sem proceder a uma prévia e consciente reflexão, ou sem conhecer as verdadeiras características do produto.

Em suma, durante esta época festiva, é essencial que os consumidores estejam informados sobre os seus direitos, garantindo que trocas e devoluções decorram de forma segura, consciente e dentro do quadro legal.





AVISO LEGAL

Esta publicação é elaborada pela SP&M, sociedade de advogados, sp, rl, pelo que estoura detém todos os direitos de propriedade intelectual a ela inerentes.

O seu conteúdo não deve ser entendido como substituição de aconselhamento jurídico profissional, nem constituirá a SP&M, sociedade de advogados, sp, rl, em obrigação de qualquer natureza.

Não se autoriza a cópia, alteração, reprodução, distribuição, circulação, citação ou inclusão do presente conteúdo noutros documentos, exceto com prévia e expressa autorização da SP&M, sociedade de advogados, sp, rl.

Para qualquer questão, por favor, contacte (+ 351) 226 053 285 (chamada para rede fixa nacional) | geral@spm-advogados.com